

ELEIÇÕES

19 NOV 1989

Programa de Collor é o preferido no governo

Funcionários de alto escalão acham que candidato do PRN tem mais jogo de cintura

ARMANDO MENDES

BRASÍLIA — Há uma discreta torcida a favor do candidato Fernando Collor de Mello entre funcionários graduados da área econômica do governo, na disputa do segundo turno da eleição presidencial. De preferência, com a adesão do deputado José Serra e seu grupo do PSDB, que eles consideram a equipe melhor preparada para administrar a economia em crise.

A preferência é mais explícita se os adversários de Collor for Luís Inácio Lula da Silva. Se for Brizola, eles acham que haveria mais abertura para composições e alianças. A preocupação com Lula, dizem, vem mais da dúvida sobre as condições políticas do PT para governar, do que de uma rejeição imediata da plataforma econômica do partido.

As propostas dos três candidatos que estão na disputa são muito próximas, segundo os funcionários e ainda genéricas demais para permitir qualquer análise mais detalhada. Eles indicam diferenças de retórica no tratamento que seria dado à dívida externa, e uma divergência maior com relação à privatização das empresas estatais, que certamente não é vista com simpatia pelo PT e pelo PDT. O resto é parecido. O PT, por exemplo, vem moderando cada vez mais suas posições sobre a dívida interna, constatarem os assessores.

"Mesmo os heterodoxos viram logo ortodoxos, quando chegam ao governo", comenta

um funcionário da Fazenda, que se diz experiente em "choques heterodoxos". Na avaliação dele, nem o PT escapa do constrangimento da crise. E cita o exemplo da prefeita Luiza Erundina, em São Paulo. "Paralisou obras, deu um "tarifaço" para os ônibus, segurou salários".

No caso da dívida interna, qualquer partido sabe que precisa de um mecanismo para financiar seus déficits uma vez no governo, dizem os funcionários. E o único mecanismo disponível, hoje, é a dívida interna. "Se alguém introduzir incertezas nesse mecanismo, leva 30 anos para recuperá-lo", afirma o assessor. A perspectiva, portanto, seria um governo que buscasse conter gastos e aumentar receitas, qualquer que seja o candidato eleito. Ele precisa, também, ser muito cuidadoso com a dívida pública.



Serra: opção para a Fazenda

"Dizem que vão tirar o dinheiro da especulação, e dirigi-lo para a produção, mas ninguém diz como pode forçar isso, fora do mecanismo normal de mercado", critica um funcionário de alto escalão. Ele explica: "Não há possibilidade de forçar. Só se o governo deixar de procurar recursos, mas isso se ele acabar com seu déficit, e aí seria o mercado funcionando".

DÍVIDA EXTERNA

O pessoal da área econômica também acha que não há espaço para grandes mudanças na dívida externa. A retirada do aval da União a Estados e Municípios, descentralizando a renegociação da dívida do setor público, não desperta entusiasmo. Um técnico da Fazenda observa que isso não poderá ser feito por decisão unilateral, porque há contratos com aval que são atos jurídicos perfeitos e acabados.

"E, se for para fazer por negociação, caímos no que todo mundo vem fazendo", afirma. O novo governo, qualquer que seja, irá buscar a redução da dívida, negociando com os credores, embora a retórica possa ser de confronto, como, no caso do PT.

O outro funcionário, da Sepplan, acrescenta a observação de que o poder agora é partilhado pelo Congresso, o que dificulta até a adoção dos planos de emergência para conter a inflação, que cada candidato certamente prepara. "O futuro presidente vai desindexar de uma vez, ou parcialmente? Vai manter o controle de preços por câmaras setoriais ou não?", pergunta. O candidato pode ter propostas sobre isso tudo, mas quem vai decidir, afinal, é o Congresso, mesmo que modificando ou rejeitando medidas provisórias.

Claudine Petrolí/AE-31/3/89